v7.n10.2026

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA AGRICULTURA E DA AGRICULTURA FAMILIAR: TRAJETÓRIAS E TRANSFORMAÇÕES NO BRASIL E EM RONDÔNIA

THE HISTORICAL EVOLUTION OF AGRICULTURE AND FAMILY FARMING: TRAJECTORIES AND TRANSFORMATIONS IN BRAZIL AND RONDÔNIA

LA EVOLUCIÓN HISTÓRICA DE LA AGRICULTURA Y DE LA AGRICULTURA FAMILIAR: TRAYECTORIAS Y TRANSFORMACIONES EN BRASIL Y EN RONDÔNIA

Paula Cristina da Silva Miranda[1], Cleberson Eller Loose[2]

e7109219
https://doi.org/10.47820/recima21.v7i10.9219

PUBLICADO: 10/2026

RESUMO

A agricultura passou por profundas transformações ao longo da história, e a agricultura familiar acompanhou essas mudanças, assumindo diferentes formas e funções no meio rural. Este artigo tem como objetivo analisar o desenvolvimento histórico da agricultura e da agricultura familiar, destacando as transformações que contribuíram para sua consolidação no Brasil e em Rondônia. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa e caráter descritivo, complementada pela análise de dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE) sobre o número e a área dos estabelecimentos familiares e não familiares no Brasil, nas grandes regiões, em Rondônia e em seus 52 municípios. A revisão mostra que a agricultura evoluiu de sistemas predominantemente tradicionais para modelos integrados ao mercado e às inovações tecnológicas, e que a modernização beneficiou os produtores de forma desigual, o que levou à criação de políticas específicas para a agricultura familiar. Os dados indicam que a agricultura familiar predomina em número de estabelecimentos em todas as regiões e em todos os municípios rondonienses, mas ocupa parcela menor da terra: 23,0% da área no Brasil e 37,7% em Rondônia, com grande variação entre os municípios. A literatura e os dados analisados indicam que a agricultura familiar permanece relevante para a produção de alimentos, a ocupação do território e o desenvolvimento rural, embora enfrente limitações de acesso à terra, ao crédito, à tecnologia e à assistência técnica.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura. Agricultura familiar. Modernização agrícola. Rondônia.

ABSTRACT

Agriculture has undergone profound transformations throughout history, and family farming has kept pace with these changes, assuming diverse forms and functions within rural areas. This article aims to analyze the historical development of agriculture and family farming, highlighting the transformations that contributed to their consolidation in Brazil and the state of Rondônia. A qualitative, descriptive study based on a review of literature and documents was conducted, complemented by an analysis of data from the 2017 Census of Agriculture (IBGE) regarding the number and area of family and non-family farms in Brazil, its major regions, Rondônia, and the state's 52 municipalities. The review reveals that agriculture evolved from predominantly traditional systems to models integrated into markets and technological innovations; however, modernization benefited producers unevenly, prompting the creation of specific policies for family farming.

[1] Universidade Federal de Rondônia, mestranda em Gestão de Agronegócios e Sustentabilidade.
[2] Universidade Federal de Rondônia, doutor em Administração.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

Data indicate that family farming predominates in terms of the number of farms across all regions and municipalities in Rondônia, yet it occupies a smaller share of the land—23.0% of the total area in Brazil and 37.7% in Rondônia, with significant variation among municipalities. Both the literature and the analyzed data indicate that family farming remains vital for food production, territorial settlement, and rural development, despite facing limitations regarding access to land, credit, technology, and technical assistance.

KEYWORDS: *Agriculture. Family farming. Agricultural modernization. Rondônia.*

RESUMEN
La agricultura ha experimentado profundas transformaciones históricas, y la agricultura familiar ha acompañado estos cambios, adoptando diversas formas y funciones rurales. Este artículo analiza el desarrollo histórico de la agricultura y de la agricultura familiar, destacando las transformaciones que contribuyeron a su consolidación en Brasil y Rondônia. Se realizó una investigación bibliográfica y documental, cualitativa y descriptiva, complementada con el análisis de datos del Censo Agropecuario 2017 (IBGE) sobre el número y superficie de explotaciones familiares y no familiares en Brasil, sus grandes regiones, Rondônia y sus 52 municipios. La revisión muestra que la agricultura evolucionó desde sistemas tradicionales hacia modelos integrados al mercado e innovaciones tecnológicas, y que la modernización benefició de forma desigual a los productores, impulsando políticas específicas para el sector familiar. Los datos indican que la agricultura familiar predomina en número de explotaciones en todas las regiones y municipios rondonienses, pero ocupa una menor proporción de tierra: el 23,0 % de la superficie en Brasil y el 37,7 % en Rondônia, con amplia variación municipal. La literatura y los datos analizados señalan que la agricultura familiar sigue siendo relevante para la producción de alimentos, la ocupación territorial y el desarrollo rural, aunque enfrenta limitaciones de acceso a tierra, crédito, tecnología y asistencia técnica.

PALABRAS CLAVE*: Agricultura. Agricultura familiar. Modernización agrícola. Rondônia.*

INTRODUÇÃO

A agricultura acompanha a trajetória da humanidade e constitui uma das atividades responsáveis pelas principais transformações ocorridas na organização das sociedades. A passagem de grupos predominantemente nômades para comunidades sedentárias esteve diretamente relacionada ao desenvolvimento de técnicas de cultivo e domesticação de plantas e animais, permitindo maior estabilidade na produção de alimentos e favorecendo a formação de aldeias, cidades e, posteriormente, estruturas políticas e econômicas mais complexas. Dessa maneira, compreender o desenvolvimento da agricultura significa também compreender parte importante da própria formação das sociedades humanas (Castanho; Teixeira, 2017).

A agricultura pode ser compreendida como a atividade de cultivo da terra destinada à produção vegetal e ao atendimento das necessidades relacionadas à criação animal, abrangendo tanto o trabalho realizado no campo quanto as técnicas utilizadas para obtenção dos produtos agrícolas (Castanho; Teixeira, 2017). Crepaldi (2018) amplia essa compreensão

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

ao considerar que a agricultura envolve as atividades relacionadas ao espaço rural, desde o cultivo do solo até a criação de animais, tendo como finalidade essencial a produção de alimentos para atender às necessidades da população.

Ao longo do tempo, os sistemas agrícolas foram modificados em razão das condições ambientais, dos conhecimentos acumulados, das necessidades alimentares, das relações sociais e das transformações econômicas. No Brasil, esse processo histórico apresentou características particulares. Antes da colonização europeia, diferentes povos indígenas já utilizavam conhecimentos sobre os ecossistemas e desenvolviam sistemas agrícolas adaptados às condições locais. Posteriormente, a colonização portuguesa introduziu novas culturas, formas de exploração da terra e relações de trabalho, estruturando uma agricultura marcada pela produção voltada ao mercado externo e pela concentração fundiária (Paschoal, 2024).

A modernização da agricultura brasileira, especialmente a partir da segunda metade do século XX, intensificou essa diferenciação. A introdução de máquinas, fertilizantes, defensivos, sementes melhoradas e novas técnicas produtivas ampliou significativamente a capacidade de produção agrícola, mas também favoreceu processos de concentração produtiva e econômica. A chamada Revolução Verde contribuiu para elevar a produtividade, mas seus efeitos foram distribuídos de maneira desigual entre os diferentes segmentos do campo (Mazoyer; Roudart, 2010; Paschoal, 2024; Pinto; Freitas, 2021).

Nesse contexto, a agricultura familiar também passou por diferentes etapas de formação e transformação. Embora a expressão tenha adquirido reconhecimento institucional mais recentemente, a produção baseada no trabalho e na gestão da família tem raízes históricas profundas. Trata-se de um segmento diverso e heterogêneo (Schneider; Cassol, 2014), que historicamente recebeu menor atenção das políticas agrícolas do que os grandes estabelecimentos. O reconhecimento nas políticas públicas ganhou força nas últimas décadas do século XX, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996 (Almeida *et al.*, 2025), e com a Lei nº 11.326/2006, que estabeleceu a definição legal e as diretrizes da política para o segmento (BRASIL, 2006).

A relevância deste estudo justifica-se pela necessidade de compreender a evolução da agricultura e da agricultura familiar e as transformações que influenciaram sua organização econômica, social e produtiva no Brasil e em Rondônia. A análise contribui para ampliar o conhecimento sobre as relações de trabalho e o papel das políticas públicas no desenvolvimento rural, considerando a importância da agricultura familiar para a produção de alimentos e a dinâmica socioeconômica do campo. Nessa perspectiva, surgiu a indagação: como ocorreu a evolução da agricultura e da agricultura familiar ao longo da história e quais foram as principais

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

transformações que contribuíram para a configuração desse modelo produtivo no Brasil e em Rondônia?

Assim, este artigo tem como objetivo analisar o desenvolvimento histórico da agricultura e da agricultura familiar, destacando os principais acontecimentos que contribuíram para a sua formação e consolidação no Brasil e em Rondônia. Especificamente, buscou-se: (i) apresentar os principais marcos e transformações da evolução histórica da agricultura; (ii) analisar a trajetória da agricultura brasileira e seu processo de modernização; (iii) discutir a formação e a consolidação da agricultura familiar, contextualizando sua trajetória no Brasil e em Rondônia; e (iv) analisar a participação da agricultura familiar no número e na área dos estabelecimentos agropecuários do Brasil, das grandes regiões, de Rondônia e de seus 52 municípios.

Além desta introdução, o artigo está estruturado em quatro seções: a primeira apresenta o referencial teórico, versando sobre a evolução histórica e a modernização da agricultura, a formação da agricultura brasileira e a consolidação da agricultura familiar no Brasil e em Rondônia; a segunda descreve os procedimentos metodológicos adotados; a terceira reúne a análise e a discussão dos resultados; e a quarta traz as considerações finais, seguidas das referências.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

1.1. Evolução Histórica e Modernização na Agricultura

Antes do surgimento da agricultura, por volta de 10.000 a.C., grupos humanos viviam predominantemente de caça, pesca e coleta, organizados em comunidades menores e utilizando ferramentas simples. Apesar da simplicidade tecnológica, esses grupos acumularam conhecimentos sobre plantas, animais e ecossistemas, incluindo práticas de seleção de sementes que posteriormente favoreceram a domesticação e o cultivo regular das plantas (Diamond, 2017; Mazoyer; Roudart, 2010).

A Revolução Neolítica marcou o início do cultivo organizado de plantas e da domesticação de animais. As sociedades humanas passaram progressivamente do nomadismo para formas mais sedentárias de organização, favorecendo a formação de aldeias agrícolas. A região da Mesopotâmia desempenhou um papel importante nesse processo, embora a transição para a agricultura não tenha ocorrido de maneira uniforme nem estivesse restrita a um único centro geográfico. O trigo e a cevada estiveram entre os primeiros cereais cultivados, enquanto ovinos e caprinos figuraram entre os animais domesticados. Esse processo estabeleceu bases para a produção continuada de alimentos, o crescimento populacional e a formação de estruturas

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

sociais mais complexas (Diamond, 2017; Castanho; Teixeira, 2017; Mazoyer; Roudart, 2010; Paschoal, 2024).

Entre 5.000 e 3.000 a.C., a agricultura já era praticada em diferentes regiões, como o Egito, a China e a América Central, em sistemas desenvolvidos de forma independente e em temporalidades próprias. A utilização da irrigação em maior escala elevou a produtividade e permitiu o desenvolvimento de técnicas agrícolas organizadas. A agricultura deixou, assim, de atender somente à sobrevivência imediata e passou a sustentar o crescimento demográfico, o surgimento de cidades e o desenvolvimento de estruturas políticas, econômicas e sociais (Paschoal, 2024).

Na Idade Média, a agricultura europeia desenvolveu-se dentro do sistema feudal, caracterizado por grandes propriedades exploradas por camponeses. Entre as práticas predominantes estavam a rotação de culturas e a produção voltada à subsistência, enquanto sistemas de irrigação e a introdução de novas culturas contribuíram para avanços produtivos (Mazoyer; Roudart, 2010).

Com a transição do feudalismo para o capitalismo, a expansão marítima e a colonização de novos territórios entre os séculos XVI e XVIII ampliaram a circulação de culturas agrícolas e integraram a produção ao comércio internacional. A agricultura passou a ocupar posição central nas relações econômicas e coloniais, enquanto aumentavam as pesquisas e experimentações destinadas à elevação da produção de alimentos (Mazoyer; Roudart, 2010; Castanho; Teixeira, 2017).

As transformações históricas da agricultura ocorreram em diferentes períodos e assumiram características distintas conforme as condições econômicas, sociais e tecnológicas de cada sociedade. Entre os séculos XVIII e XIX, especialmente na Europa, mudanças nas técnicas de cultivo, no aperfeiçoamento dos instrumentos agrícolas e no uso da tração animal contribuíram para modificar a organização da produção e aumentar a capacidade produtiva no campo. Essas transformações são frequentemente associadas à chamada Revolução Agrícola (Paschoal, 2024).

No século XX, a expansão da mecanização motorizada, o uso de fertilizantes e defensivos químicos e o desenvolvimento de técnicas de melhoramento genético intensificaram as mudanças nos sistemas produtivos, processo amplamente relacionado à modernização agrícola. Essas inovações ampliaram as possibilidades de produção e fortaleceram a integração entre agricultura e indústria (Mazoyer; Roudart, 2010; Paschoal, 2024; Pinto; Freitas, 2021).

Em 1944, o agrônomo estadunidense Norman Ernest Borlaug iniciou no México pesquisas voltadas ao desenvolvimento de variedades de trigo de maior produtividade e

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

resistência a doenças. Posteriormente, variedades de alto rendimento foram levadas a outros países, contribuindo para expressivos aumentos da produção de trigo e arroz. Esse conjunto de transformações ficou conhecido como Revolução Verde, e Borlaug recebeu o Nobel da Paz em 1970 em reconhecimento à sua contribuição para a segurança alimentar mundial (Paschoal, 2024).

A Revolução Verde tornou a agricultura mais intensiva em capital e integrada à indústria, favorecendo a formação dos complexos agroindustriais e o aumento da produtividade, bem como a expansão de monoculturas em larga escala (Castanho; Teixeira, 2017). Segundo Paschoal (2024), o processo tinha como objetivo central aumentar a produção agrícola para combater a fome e atender à crescente demanda mundial por alimentos, com a difusão de sementes de alto rendimento, fertilizantes, defensivos químicos e mecanização.

Apesar dos ganhos produtivos, a modernização agrícola intensiva também pode gerar impactos ambientais e sociais, como o desgaste do solo, os desequilíbrios nos ecossistemas, a poluição ambiental e os riscos à saúde humana decorrentes do uso intensivo de agrotóxicos. Além disso, a mecanização pode reduzir a necessidade de trabalhadores em algumas atividades e, quando associada às dificuldades de acesso à terra, ao crédito e às oportunidades de trabalho, contribuir para a exclusão de produtores e a saída de famílias do campo. Esses efeitos variam conforme as práticas agrícolas e as condições de cada região, reforçando a importância de alternativas que conciliem produção, preservação ambiental e justiça social (Mazalla Neto; Bergamasco, 2017; Paschoal, 2024).

No século XXI, a agricultura passou a incorporar tecnologias digitais, como *drones*, sensores, sistemas de informação geográfica e inteligência artificial, ampliando as possibilidades de monitoramento das lavouras e de gestão dos sistemas produtivos. A agricultura de precisão passou a contribuir para o uso mais eficiente de insumos e recursos naturais, embora seus resultados dependam das condições de implementação e da capacidade dos produtores de acessar e utilizar essas tecnologias. Paralelamente, a agroecologia, a produção orgânica e outras práticas orientadas à sustentabilidade têm recebido atenção como alternativas para conciliar a produção agrícola, a conservação ambiental e a valorização das dimensões sociais do desenvolvimento rural (Massruhá *et al.*, 2020; Castanho; Teixeira, 2017).

A trajetória histórica evidencia que as transformações técnicas e produtivas geraram resultados distintos conforme as condições econômicas, sociais, institucionais e ambientais em que foram incorporadas. Assim, a evolução agrícola não deve ser interpretada exclusivamente pelo aumento da produtividade, mas também pelas mudanças nas relações de trabalho, nas formas de organização da produção, no acesso aos recursos produtivos e na utilização dos

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

recursos naturais. Essa perspectiva permite compreender a agricultura como um processo histórico multidimensional, cujos benefícios, limitações e impactos variam entre regiões e categorias de produtores.

1.2. Formação e transformação da agricultura brasileira

No Brasil, antes da chegada dos colonizadores europeus, povos indígenas já desenvolviam sistemas agrícolas adaptados às condições ambientais. O cultivo de mandioca, milho, feijão, abóbora, batata-doce, cará e amendoim fazia parte de diferentes sistemas alimentares, acompanhados por práticas de manejo ajustadas aos recursos disponíveis. Destaca-se também o uso de sistemas de coivara e conhecimentos relacionados à fauna e à flora locais (Paschoal, 2024).

Com a chegada dos portugueses, a agricultura colonial foi organizada principalmente para atender aos interesses da metrópole. A produção de cana-de-açúcar estruturou-se em grandes latifúndios monocultores e utilizou intensivamente mão de obra escravizada africana e indígena. Esse processo contribuiu para a concentração fundiária, a exploração do trabalho e a dependência do mercado externo. Além da cana, também eram cultivados tabaco e arroz e, posteriormente, o café tornou-se a principal cultura exportadora do século XIX (Paschoal, 2024).

No período imperial, o café assumiu posição central na economia brasileira, expandindo-se do Vale do Paraíba para outras áreas de São Paulo. A abolição da escravidão, em 1888, impulsionou mudanças nas relações de trabalho e favoreceu a imigração europeia. Também surgiram instituições de ensino e pesquisa agrícola, como o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, criado em 1860, voltado à modernização das práticas no campo (Miranda, 2020; Paschoal, 2024).

Na Primeira República, a agricultura permaneceu como base importante da economia nacional, com destaque para o café. Entretanto, persistiam limitações estruturais e forte concentração fundiária, enquanto surgiam movimentos voltados à reforma agrária e à melhoria das condições dos trabalhadores rurais (Delgado, 2017; Paschoal, 2024).

Entre 1930 e 1950, durante a Era Vargas, o país passou por transformações associadas à industrialização por substituição de importações. A agricultura passou a desempenhar funções cada vez mais articuladas aos interesses econômicos e industriais, deixando de ser compreendida apenas como produção rural tradicional (Fiorini, 2022; Miranda, 2020).

Em meados do século XX, especialmente nas décadas de 1950 e 1960, a agricultura brasileira ainda dependia fortemente do trabalho manual, e menos de 2% dos estabelecimentos rurais possuíam máquinas agrícolas (Embrapa, 2020). A limitada disponibilidade de tecnologias

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

e conhecimentos técnicos contribuía para os baixos rendimentos por hectare e favorecia a expansão das áreas de lavouras e pastagens, gerando impactos ambientais, como erosão do solo e assoreamento de cursos d'água. Nesse período, a industrialização e o crescimento urbano ampliaram a demanda por alimentos e impulsionaram a modernização agrícola, com a introdução gradual de máquinas e métodos científicos nas etapas de preparo do solo, adubação, plantio e colheita (Massruhá *et al.*, 2020).

Outro marco importante foi a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), com o objetivo de fortalecer a pesquisa agropecuária e desenvolver conhecimentos e soluções tecnológicas voltados às condições da agricultura nacional (Buainain, 2025; Paschoal, 2024). A Embrapa foi criada em 7 de dezembro de 1972, por meio da Lei nº 5.851, e instalada em 26 de abril de 1973, vinculada ao Ministério da Agricultura. A instituição adotou estrutura descentralizada, com centros especializados e forte investimento em capital humano. Seus avanços contribuíram para a adaptação de cultivares às condições tropicais e para o manejo dos solos do Cerrado, consolidando-a como importante vetor da modernização agrícola brasileira (Ferraz, 2023; Locks, 2023; Massruhá *et al.*, 2020; Mengel; Aquino, 2015).

A partir da década de 1980, a agricultura brasileira aprofundou a modernização, incorporou tecnologias e ampliou a integração com o mercado global, ao mesmo tempo em que surgiram iniciativas voltadas à sustentabilidade e, ao final do período, reivindicações por políticas específicas para a agricultura familiar (Arruda *et al.*, 2022). A modernização produtiva e tecnológica contribuiu para a consolidação do agronegócio brasileiro e para sua inserção nos mercados internacionais, destacando-se como um dos principais fornecedores de alimentos e matérias-primas para diversos países (Barros, 2022; Paschoal, 2024).

1.3. Agricultura Familiar no Brasil e em Rondônia

O reconhecimento da agricultura familiar no Brasil acompanhou avanços conceituais que superaram visões simplificadas sobre o meio rural. Esse avanço envolve a compreensão da diversidade social e econômica do segmento, cujas propriedades se caracterizam pelo uso do trabalho familiar, pela combinação entre a produção para consumo próprio e a venda no mercado, bem como pelas conexões com as comunidades rurais (Schneider; Cassol, 2014).

Nessa perspectiva, a agricultura familiar desempenha um papel importante na estrutura rural brasileira, contribuindo para a produção de alimentos, a geração de empregos e a permanência de famílias no campo. Caracteriza-se pelo uso predominante da mão de obra familiar e pela relação entre a produção agrícola, a moradia, a cultura e o território (Sá, 2026). Dessa forma, sua importância vai além da atividade econômica, pois também envolve aspectos

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

sociais e culturais que contribuem para a organização e o desenvolvimento das comunidades rurais.

Com raízes históricas no campo brasileiro, essa forma de produzir vai além da geração de renda ao unir, no mesmo espaço, a gestão do negócio, o trabalho diário e a vida da família. Além disso, o segmento se consolida como pilar essencial para o abastecimento de alimentos e para a sustentabilidade no campo (Freitas; Freitas, 2021). Conforme o IBGE (2019a), a agricultura familiar corresponde a 76,8% dos estabelecimentos agropecuários. Sua importância não se limita à quantidade de estabelecimentos, pois também está relacionada à produção de alimentos, geração de trabalho, ocupação territorial e dinamização das economias locais. Preiss *et al.* (2024) destacam sua contribuição para a produção de alimentos consumidos pela população brasileira, apesar das limitações históricas de investimentos públicos quando comparada à agricultura não familiar.

Além dos aspectos econômicos e sociais, a agricultura familiar apresenta particularidades relacionadas à conservação e transmissão de saberes. Os conhecimentos acumulados entre gerações influenciam práticas de manejo, adaptação às condições de clima e solo e preservação de elementos culturais. Esses saberes envolvem dimensões agrícolas, medicinais, culinárias e culturais, contribuindo para a preservação da biodiversidade e o fortalecimento das comunidades rurais (Santos *et al.,* 2024).

Entre as décadas de 1970 e 1990, o processo de modernização conservadora da agricultura foi marcado por programas governamentais que priorizavam propriedades e empresas agrícolas, deixando em segundo plano as necessidades dos pequenos agricultores. O surgimento de políticas específicas para a agricultura familiar resultou de reivindicações sociais e da necessidade de ampliar o reconhecimento desse segmento (Pinto; Freitas, 2021).

Um marco importante foi a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996, destinado a ampliar o acesso ao crédito e incentivar o desenvolvimento das unidades familiares de produção agropecuária (Almeida *et al.*, 2025). O programa representou mudança relevante na política agrícola brasileira, ao estabelecer instrumento direcionado especificamente aos agricultores familiares.

Outro marco fundamental foi a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabeleceu diretrizes para a formulação de políticas públicas destinadas à agricultura familiar e aos empreendimentos familiares rurais. Nos termos dessa lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural e atende simultaneamente aos requisitos legais, incluindo não possuir área superior a quatro módulos fiscais, utilizar predominantemente mão de obra familiar, possuir percentual mínimo da renda

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

familiar originada das atividades econômicas do estabelecimento e dirigir o empreendimento com a família (BRASIL, 2006).

Nesse contexto, a expansão dos assentamentos rurais pode favorecer a geração de emprego e renda no campo, além de contribuir para a redução do êxodo rural. Essa dinâmica permite contemplar outras categorias de trabalhadores rurais, ampliando as possibilidades de acesso ao financiamento e incentivando o desenvolvimento das atividades produtivas no meio rural (Lima; Silva; Iwata, 2019).

Posteriormente, outras políticas públicas contribuíram para fortalecer a agricultura familiar. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003 por meio da Lei nº 10.696, estabeleceu mecanismos de aquisição de alimentos diretamente da agricultura familiar, contribuindo para a produção local, valorização da biodiversidade, produção agroecológica, cooperativismo e geração de renda no campo (BRASIL, 2003; SENAR, 2021).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), regulamentado pela Lei nº 11.947/2009, também constituiu importante alternativa de comercialização. O programa estabelece ligação entre produção e consumo e amplia o acesso dos agricultores familiares ao mercado, fortalecendo economias locais e contribuindo para a segurança alimentar e nutricional (BRASIL, 2009; Freitas; Freitas, 2021; SENAR, 2021).

A realização do primeiro Censo Agropecuário ocorreu em setembro de 1920, pela Diretoria Geral de Estatística (DGE), vinculada ao então Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Até 2017, foram realizadas 11 edições do levantamento, que contribuíram para ampliar o conhecimento sobre a estrutura e a dinâmica da agropecuária nacional. Entre os avanços metodológicos, destaca-se o Censo Agropecuário de 2006, que introduziu o uso de equipamentos eletrônicos denominados *Personal Digital Assistants* (PDA) para a coleta de dados, substituindo os questionários impressos e possibilitando o registro das coordenadas geográficas dos estabelecimentos. Essas inovações ampliaram as possibilidades de sistematização e análise das informações sobre o meio rural, fornecendo subsídios para a formulação de políticas públicas e para o estudo das características produtivas e socioeconômicas da agricultura familiar, contribuindo para dar maior visibilidade a esse segmento no cenário nacional (IBGE, 2020).

Em Rondônia, a formação da agricultura familiar está relacionada ao processo de uso, ocupação e colonização do território. Embora esse processo tenha raízes anteriores, ganhou intensidade no período posterior à Segunda Guerra Mundial e, especialmente, com projetos governamentais de desenvolvimento da região Norte. O antigo Território Federal do Guaporé foi criado em 1943, transformado em Território Federal de Rondônia em 1956 e, posteriormente, em

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

estado em 1981. Entre as décadas de 1960 e 1980, a migração de trabalhadores rurais para Rondônia representou importante movimento populacional da Amazônia Ocidental. Grande parte dos migrantes era composta por agricultores provenientes das regiões Sul e Sudeste, atraídos por oportunidades de acesso à terra e por programas governamentais (Souza; Ximenes; Locatelli, 2018).

A abertura da BR-364 favoreceu a migração de famílias de diferentes regiões do Brasil, enquanto o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) desempenhou papel importante na implantação de projetos de colonização e assentamento rural. Essas iniciativas contribuíram para a expansão da agricultura e a formação de núcleos populacionais, mas também foram acompanhadas por conflitos fundiários, dificuldades de acesso à infraestrutura e disputas territoriais, influenciando a organização do espaço rural e as condições de desenvolvimento dos pequenos produtores (Sanders; Andrade; Silva, 2024).

A agricultura familiar em Rondônia desempenha papel fundamental na ocupação territorial e na produção agropecuária do estado, contribuindo para a diversidade produtiva, com atividades como cafeicultura, cultivo de mandioca e frutas, pecuária leiteira e de cria, piscicultura, entre outras. Sua formação está relacionada aos processos de colonização dirigida, que influenciaram a organização do espaço rural e a consolidação de importantes atividades econômicas, além de contribuir para o abastecimento alimentar e o desenvolvimento regional (Santos, 2021).

Nesse contexto, a cafeicultura assume papel estratégico para Rondônia, destacando-se pelo crescimento da produção e pela valorização do café no mercado nacional. Em 2024, o estado produziu 3,1 milhões de sacas de café beneficiado, consolidando-se como o maior produtor da Região Norte e o quinto maior do Brasil. Na produção de café robusta (*Coffea canephora*), Rondônia ocupou a segunda posição nacional, com 2,28 milhões de sacas, equivalentes a 12,2% da produção brasileira, ficando atrás apenas do Espírito Santo. Esses resultados evidenciam a relevância econômica da atividade para o estado, especialmente para a agricultura familiar, na qual a cafeicultura contribui para a geração de renda, a diversificação das atividades produtivas e o fortalecimento da permanência das famílias no meio rural, favorecendo, consequentemente, o desenvolvimento socioeconômico regional (Embrapa, 2025; EMATER, 2025; IBGE, 2025).

2. METODOLOGIA

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa, com apoio de análise quantitativa descritiva de dados secundários, e caráter descritivo, desenvolvida com o objetivo de analisar o desenvolvimento histórico da agricultura e da agricultura familiar, com ênfase nas transformações ocorridas no Brasil e em Rondônia. A abordagem qualitativa busca compreender e interpretar os fenômenos considerando seus contextos e significados, enquanto a pesquisa descritiva tem como finalidade caracterizar e apresentar determinado fenômeno (Gil, 2022; Guerra; Matos, 2023).

Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa bibliográfica foi desenvolvida a partir de livros, artigos científicos, dissertações, teses e demais produções acadêmicas relacionadas à evolução da agricultura, à modernização agrícola, à Revolução Verde e à agricultura familiar. A pesquisa documental contemplou documentos institucionais, dados estatísticos, legislação e publicações de órgãos públicos relacionados à agricultura e ao desenvolvimento rural. Embora apresentem aproximações quanto ao levantamento e à análise das informações, as pesquisas bibliográfica e documental diferenciam-se principalmente pela natureza das fontes utilizadas. Enquanto a pesquisa bibliográfica se fundamenta em produções acadêmicas e científicas já publicadas, a pesquisa documental utiliza documentos e registros que podem ser examinados e interpretados de acordo com os objetivos da investigação (Gil, 2022).

A estratégia de levantamento do material bibliográfico e documental ocorreu mediante buscas em plataformas de acesso aberto e repositórios acadêmicos, com destaque para o Google Acadêmico, o Portal de Periódicos Capes e a SciELO. Utilizaram-se as palavras-chave: "agricultura familiar", "evolução da agricultura", "história da agricultura", "modernização agrícola", "Revolução Verde" e "Rondônia", combinadas entre si. A busca não aplicou restrição de recorte temporal, visando resgatar desde obras clássicas e históricas sobre a questão agrária até produções científicas e normativas recentes. Foram incluídos artigos científicos, livros, teses, dissertações e documentos oficiais publicados por órgãos públicos, diretamente pertinentes à evolução histórica da agricultura, à modernização agrícola e à consolidação da agricultura familiar.

A seleção dos materiais fundamentou-se na relevância e aderência direta ao problema de pesquisa e aos objetivos propostos, priorizando estudos que contribuíssem para a compreensão das transformações históricas, econômicas, sociais e produtivas da agricultura, com ênfase na trajetória da agricultura familiar nas escalas nacional e regional.

Utilizaram-se dados do Censo Agropecuário de 2017, disponibilizados pelo IBGE no sistema SIDRA, por meio das Tabelas 6778 e 6754, referentes ao número de estabelecimentos agropecuários e à área ocupada, em hectares. Esses dados subsidiaram as tabelas

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

apresentadas nos resultados, permitindo comparar a agricultura familiar e a não familiar (IBGE, 2019a; 2019b).

O material selecionado foi organizado e analisado a partir de quatro eixos articulados: (i) evolução histórica e modernização da agricultura; (ii) formação e transformação da agricultura brasileira; (iii) agricultura familiar no Brasil e em Rondônia; (iv) distribuição da agricultura familiar no número e na área dos estabelecimentos, segundo o Censo Agropecuário 2017. A análise buscou estabelecer relações entre os diferentes períodos e processos identificados nas fontes, considerando aspectos relacionados às formas de produção, à incorporação de tecnologias, à organização dos mercados e à implementação de políticas públicas direcionadas à agricultura familiar.

Complementarmente, consultaram-se as publicações oficiais do IBGE na página institucional do levantamento. Foram consideradas as informações referentes ao número de estabelecimentos agropecuários e à área ocupada em hectares, distinguindo-se a agricultura familiar da não familiar, conforme a classificação adotada pelo IBGE para o Censo Agropecuário de 2017.

O tratamento dos dados contemplou diferentes recortes territoriais, abrangendo o Brasil, as Grandes Regiões, o estado de Rondônia e seus 52 municípios. As informações foram organizadas em tabelas para possibilitar a comparação da participação dos estabelecimentos familiares e não familiares na estrutura agropecuária, tanto em escala nacional quanto regional e municipal. Os percentuais de participação foram obtidos pela divisão do número de estabelecimentos de cada categoria pelo total de estabelecimentos da respectiva unidade territorial, multiplicando-se o resultado por 100.

Para analisar a distribuição da área agropecuária, calculou-se a área média dos estabelecimentos familiares e não familiares pela divisão da área total de cada categoria pelo respectivo número de estabelecimentos. A comparação entre essas médias foi realizada por meio da razão entre a área média dos estabelecimentos não familiares e a área média dos familiares, permitindo estimar quantas vezes a primeira supera a segunda. Os resultados foram apresentados de forma descritiva e interpretados à luz da literatura consultada, considerando as diferenças entre a representatividade numérica dos estabelecimentos, a área ocupada e a distribuição territorial da agricultura familiar.

Dessa forma, as informações estatísticas foram articuladas aos elementos históricos e teóricos identificados na literatura e nos documentos consultados, contribuindo para a compreensão das especificidades da agricultura familiar no território analisado.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção apresenta os dados do Censo Agropecuário 2017 sobre a participação da agricultura familiar no Brasil, nas grandes regiões e em Rondônia, com seus 52 municípios, e os discute à luz da literatura revisada. A análise não se limita aos percentuais: descreve os padrões observados nas tabelas, compara escalas geográficas e interpreta os resultados em diálogo com os autores, indicando também as lacunas dos dados.

Tabela 1. Número de estabelecimentos agropecuários no Brasil e Regiões

Região	Total	Familiar (Sim)	%	Familiar (Não)	%
Norte	580.613	480.575	82,8%	100.038	17,2%
Nordeste	2.322.719	1.838.846	79,2%	483.873	20,8%
Sudeste	969.415	688.945	71,1%	280.470	28,9%
Sul	853.314	665.767	78,0%	187.547	22,0%
Centro-Oeste	347.263	223.275	64,3%	123.988	35,7%
Brasil	5.073.324	3.897.408	76,8%	1.175.916	23,2%

Fonte: Elaborado pelos autores, com dados do IBGE - Censo Agropecuário, 2017.

A Tabela 1 mostra que os estabelecimentos familiares são maioria em todas as grandes regiões, o que converge com a literatura que reconhece a agricultura familiar como componente central da estrutura agrária e do abastecimento de alimentos (Freitas; Freitas, 2021; Preiss *et al.*, 2024; Sá, 2026). A intensidade dessa predominância varia: é maior na Região Norte e menor no Centro-Oeste, com Nordeste e Sul ligeiramente acima da média nacional e o Sudeste abaixo dela.

A leitura em termos absolutos matiza a leitura relativa. A Região Norte, onde a agricultura familiar tem a maior proporção, responde por uma parcela pequena dos estabelecimentos do país, ao passo que o Nordeste concentra quase metade deles. Assim, a maior participação relativa do Norte não equivale a maior peso numérico na agricultura familiar nacional.

Contudo, essa predominância numérica dos estabelecimentos familiares não se reflete na distribuição da área ocupada. A relação assimétrica entre o número de estabelecimentos e a área por eles ocupada aparece na Tabela 2.

Tabela 2. Área dos estabelecimentos agropecuários em hectare no Brasil e Regiões

Região	Total	Familiar (Sim)	%	Familiar (Não)	%
Norte	65.213.349	19.767.199	30,3%	45.446.150	69,7%
Nordeste	70.893.865	25.925.743	36,6%	44.968.122	63,4%
Sudeste	60.302.969	13.735.871	22,8%	46.567.098	77,2%

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Sul	42.875.310	11.492.520	26,8%	31.382.790	73,2%
Centro-Oeste	112.004.322	9.969.750	8,9%	102.034.572	91,1%
Brasil	351.289.816	80.891.084	23,0%	270.398.732	77,0%

Fonte: Elaborado pelos autores, com dados do IBGE - Censo Agropecuário, 2017.

Os dados da Tabela 2 revelam o profundo contraste da estrutura agrária brasileira: enquanto a agricultura familiar representa a ampla maioria dos estabelecimentos, ela detém uma fração significativamente menor das terras em todas as escalas geográficas. Esse cenário corrobora os diagnósticos da literatura sobre a persistência da concentração fundiária histórica e os desafios de acesso à terra no país (Paschoal, 2024).

Além disso, a área média dos estabelecimentos não familiares (cerca de 230 hectares) é aproximadamente onze vezes superior à dos familiares (cerca de 21 hectares). Este indicador confirma que a predominância numérica não se traduz em distribuição equitativa da terra, mostrando-se coerente com a forte concentração fundiária que a literatura aponta como traço estrutural e histórico da agricultura brasileira (Delgado, 2017; Paschoal, 2024).

O contraste é mais acentuado no Centro-Oeste, que reúne quase um terço da área agropecuária do país com a menor parcela de estabelecimentos e onde a agricultura familiar ocupa menos de um décimo da área. Esse padrão é compatível com a modernização voltada ao mercado e à consolidação do agronegócio (Arruda *et al.*, 2022; Barros, 2022) e com a literatura que aponta o caráter desigual dos benefícios da modernização (Pinto; Freitas, 2021).

No Nordeste ocorre o oposto: é a região com maior participação familiar na área, mas com as menores áreas médias, o que indica um grande número de unidades pequenas. A Região Norte também se destaca, visto que a participação familiar na área supera a média nacional e as áreas médias, tanto de estabelecimentos familiares quanto de não familiares, são cerca de duas vezes as do país, embora a razão entre elas seja semelhante à nacional.

Parte dessas diferenças pode refletir o próprio critério de enquadramento. A Lei nº 11.326/2006 define o agricultor familiar, entre outros requisitos, pela área não superior a quatro módulos fiscais (BRASIL, 2006), e como o módulo fiscal varia conforme o município, o mesmo limite legal corresponde a extensões diferentes em cada território (BRASIL, 1979). Para examinar esse padrão em Rondônia, a Tabela 3 apresenta o número de estabelecimentos no estado e em seus 52 municípios.

Tabela 3. Número de estabelecimentos agropecuários em Rondônia e Municípios

Estado e Municípios	Total	Familiar (Sim)	%	Familiar (Não)	%
Rondônia	91.438	74.329	81,3%	17.109	18,7%

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Alta Floresta D'Oeste	2.886	2.256	78,2%	630	21,8%
Ariquemes	2.928	2.317	79,1%	611	20,9%
Cabixi	1.075	839	78,0%	236	22,0%
Cacoal	3.814	3.363	88,2%	451	11,8%
Cerejeiras	719	502	69,8%	217	30,2%
Colorado do Oeste	1.674	1.408	84,1%	266	15,9%
Corumbiara	1.489	1.168	78,4%	321	21,6%
Costa Marques	1.500	1.034	68,9%	466	31,1%
Espigão D'Oeste	2.000	1.467	73,4%	533	26,7%
Guajará-Mirim	602	500	83,1%	102	16,9%
Jaru	3.548	3.099	87,3%	449	12,7%
Ji-Paraná	2.544	1.990	78,2%	554	21,8%
Machadinho D'Oeste	4.272	3.864	90,4%	408	9,6%
Nova Brasilândia D'Oeste	3.010	2.658	88,3%	352	11,7%
Ouro Preto do Oeste	2.159	1.661	76,9%	498	23,1%
Pimenta Bueno	1.241	904	72,8%	337	27,2%
Porto Velho	5.177	3.770	72,8%	1.407	27,2%
Presidente Médici	2.105	1.666	79,1%	439	20,9%
Rio Crespo	492	325	66,1%	167	33,9%
Rolim de Moura	2.038	1.639	80,4%	399	19,6%
Santa Luzia D'Oeste	1.023	871	85,1%	152	14,9%
Vilhena	1.580	1.130	71,5%	450	28,5%
São Miguel do Guaporé	2.487	2.116	85,1%	371	14,9%
Nova Mamoré	2.117	1.902	89,8%	215	10,2%
Alvorada D'Oeste	1.825	1.504	82,4%	321	17,6%
Alto Alegre dos Parecis	1.975	1.556	78,8%	419	21,2%
Alto Paraíso	2.619	2.234	85,3%	385	14,7%
Buritis	2.830	2.365	83,6%	465	16,4%
Novo Horizonte do Oeste	1.347	1.111	82,5%	236	17,5%
Cacaulândia	903	547	60,6%	356	39,4%
Campo Novo de Rondônia	1.918	1.674	87,3%	244	12,7%
Candeias do Jamari	1.240	934	75,3%	306	24,7%
Castanheiras	577	452	78,3%	125	21,7%
Chupinguaia	1.045	685	65,6%	360	34,4%
Cujubim	1.897	1.403	74,0%	494	26,0%
Governador Jorge Teixeira	1.693	1.560	92,1%	133	7,9%
Itapuã do Oeste	764	622	81,4%	142	18,6%
Ministro Andreazza	1.201	978	81,4%	223	18,6%
Mirante da Serra	1.242	1.007	81,1%	235	18,9%
Monte Negro	1.554	1.257	80,9%	297	19,1%

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Nova União	1.387	1.084	78,2%	303	21,8%
Parecis	642	528	82,2%	114	17,8%
Pimenteiras do Oeste	304	170	55,9%	134	44,1%
Primavera de Rondônia	401	308	76,8%	93	23,2%
São Felipe D'Oeste	797	661	82,9%	136	17,1%
São Francisco do Guaporé	1.950	1.547	79,3%	403	20,7%
Seringueiras	1.677	1.438	85,7%	239	14,3%
Teixeirópolis	738	626	84,8%	112	15,2%
Theobroma	2.160	1.913	88,6%	247	11,4%
Urupá	1.623	1.479	91,1%	144	8,9%
Vale do Anari	1.707	1.478	86,6%	229	13,4%
Vale do Paraíso	942	759	80,6%	183	19,4%

Fonte: Elaborado pelos autores, com dados do IBGE - Censo Agropecuário, 2017.

A Tabela 3 mostra que Rondônia segue o padrão regional e nacional de predominância familiar, com participação pouco acima da média brasileira e ligeiramente abaixo da média da Região Norte. No agregado, portanto, o estado reflete a tendência geral; contudo, sua especificidade parece residir na heterogeneidade interna.

Os estabelecimentos familiares são maioria em todos os municípios, mas a participação varia em mais de 36 pontos percentuais. A maior parte dos municípios apresenta proporções próximas à do estado, enquanto doze ficam abaixo da média nacional, entre eles Porto Velho, Vilhena, Pimenta Bueno e Espigão D'Oeste. Em Pimenteiras do Oeste, os estabelecimentos não familiares quase se equiparam aos familiares. No extremo oposto, Governador Jorge Teixeira, Urupá e Machadinho D'Oeste são os únicos a superar 90%.

Em termos absolutos, a distribuição é relativamente dispersa: os cinco municípios com mais estabelecimentos reúnem pouco mais de um quinto do total estadual, e o mesmo ocorre com os cinco maiores contingentes de estabelecimentos não familiares. Nenhuma das duas categorias se concentra, portanto, em poucos municípios, e a agricultura familiar tem peso numérico relevante em todo o território estadual.

A literatura revisada explica a base geral desse quadro: a ocupação do estado ganhou intensidade entre as décadas de 1960 e 1980, com a migração de agricultores do Sul e do Sudeste atraídos pelo acesso à terra e por programas governamentais (Souza; Ximenes; Locatelli, 2018), processo também documentado, para Pimenta Bueno e Cacoal, por Estevão e Hurtado (2024).

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Diante disso, para avançar no entendimento dessas disparidades intermunicipais, torna-se indispensável comparar o número de estabelecimentos com a área que eles ocupam. Para isso, a Tabela 4 apresenta a área no estado e nos municípios.

Tabela 4. Área dos estabelecimentos agropecuários em hectare em Rondônia e Municípios

Estado e Municípios	Total	Familiar (Sim)	%	Familiar (Não)	%
Rondônia	9.219.883	3.480.247	37,7%	5.739.636	62,3%
Alta Floresta D'Oeste	372.746	82.811	22,2%	289.935	77,8%
Ariquemes	334.256	108.108	32,3%	226.148	67,7%
Cabixi	113.085	39.022	34,5%	74.063	65,5%
Cacoal	221.390	125.021	56,5%	96.369	43,5%
Cerejeiras	126.686	21.394	16,9%	105.292	83,1%
Colorado do Oeste	139.796	71.984	51,5%	67.812	48,5%
Corumbiara	273.086	55.001	20,1%	218.085	79,9%
Costa Marques	220.177	61.222	27,8%	158.956	72,2%
Espigão D'Oeste	247.331	67.937	27,5%	179.394	72,5%
Guajará-Mirim	70.487	23.438	33,3%	47.049	66,7%
Jaru	250.653	154.903	61,8%	95.750	38,2%
Ji-Paraná	215.375	101.200	47,0%	114.175	53,0%
Machadinho D'Oeste	300.762	171.990	57,2%	128.771	42,8%
Nova Brasilândia D'Oeste	156.002	69.822	44,8%	86.180	55,2%
Ouro Preto do Oeste	152.422	87.482	57,4%	64.941	42,6%
Pimenta Bueno	274.321	42.454	15,5%	231.866	84,5%
Porto Velho	778.218	292.499	37,6%	485.720	62,4%
Presidente Médici	124.134	66.629	53,7%	57.504	46,3%
Rio Crespo	136.003	16.507	12,1%	119.496	87,9%
Rolim de Moura	123.887	63.638	51,4%	60.249	48,6%
Santa Luzia D'Oeste	84.667	33.153	39,2%	51.514	60,8%
Vilhena	250.110	34.460	13,8%	215.650	86,2%
São Miguel do Guaporé	190.475	68.837	36,1%	121.638	63,9%
Nova Mamoré	251.318	139.761	55,6%	111.557	44,4%
Alvorada D'Oeste	148.755	62.228	41,8%	86.528	58,2%
Alto Alegre dos Parecis	144.821	46.301	32,0%	98.520	68,0%
Alto Paraíso	195.634	112.477	57,5%	83.157	42,5%
Buritis	237.350	117.129	49,3%	120.221	50,7%
Novo Horizonte do Oeste	69.661	41.577	59,7%	28.083	40,3%
Cacaulândia	170.893	35.294	20,7%	135.599	79,3%
Campo Novo de Rondônia	196.865	92.603	47,0%	104.261	53,0%
Candeias do Jamari	182.933	55.739	30,5%	127.194	69,5%
Castanheiras	52.056	21.735	41,8%	30.321	58,2%

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Chupinguaia	352.500	35.246	10,0%	317.253	90,0%
Cujubim	194.385	79.696	41,0%	114.690	59,0%
Governador Jorge Teixeira	132.212	82.634	62,5%	49.578	37,5%
Itapuã do Oeste	84.682	30.910	36,5%	53.773	63,5%
Ministro Andreazza	60.545	34.546	57,1%	25.999	42,9%
Mirante da Serra	56.423	35.477	62,9%	20.946	37,1%
Monte Negro	143.393	74.087	51,7%	69.307	48,3%
Nova União	61.657	40.300	65,4%	21.357	34,6%
Parecis	131.376	27.919	21,3%	103.458	78,7%
Pimenteiras do Oeste	207.432	12.738	6,1%	194.693	93,9%
Primavera de Rondônia	64.398	14.206	22,1%	50.193	77,9%
São Felipe D'Oeste	41.452	18.326	44,2%	23.127	55,8%
São Francisco do Guaporé	255.020	88.071	34,5%	166.949	65,5%
Seringueiras	117.576	53.783	45,7%	63.793	54,3%
Teixeirópolis	40.242	27.229	67,7%	13.012	32,3%
Theobroma	219.207	77.289	35,3%	141.917	64,7%
Urupá	56.977	46.108	80,9%	10.869	19,1%
Vale do Anari	120.711	76.044	63,0%	44.667	37,0%
Vale do Paraíso	73.342	41.282	56,3%	32.060	43,7%

Fonte: Elaborado pelos autores, com dados do IBGE - Censo Agropecuário, 2017.

A Tabela 4 permite verificar se o padrão observado na área do país se repete em Rondônia, e a resposta é parcial. Como no Brasil e em todas as regiões, a participação familiar na área é menor do que no número de estabelecimentos, mas é superior à do Brasil, à da Região Norte e à de qualquer uma das grandes regiões da Tabela 2. A razão entre as áreas médias, de cerca de sete vezes, também é menor do que a nacional e a regional (cerca de onze), com estabelecimentos familiares de aproximadamente 47 hectares e não familiares de aproximadamente 335.

Esse resultado sugere uma estrutura fundiária menos desigual, na comparação entre as duas categorias, do que a média do país e da região, o que pode estar relacionado ao modelo de ocupação baseado na migração de agricultores e em programas governamentais de acesso à terra descrito na literatura (Souza; Ximenes; Locatelli, 2018; Estevão; Hurtado, 2024). Contudo, a Tabela 4 não informa a distribuição por classes de área nem a condição de titulação da terra, de modo que essa menor desigualdade é uma inferência a partir de médias e proporções, e não uma medida direta.

Nos municípios, a participação familiar na área é menor do que no número de estabelecimentos em todos os casos, mas com intensidade muito variável. Em 19 dos 52

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

municípios a agricultura familiar ocupa mais da metade da área e, em 41, sua participação supera a média nacional. Há associação entre as Tabelas 3 e 4: municípios com as menores proporções de estabelecimentos familiares, como Pimenteiras do Oeste, Chupinguaia, Rio Crespo, Vilhena, Pimenta Bueno e Cerejeiras, estão entre aqueles em que a agricultura familiar ocupa a menor parcela da terra, e neles a área média dos estabelecimentos não familiares chega a centenas de hectares, passando de mil em Pimenteiras do Oeste. No extremo oposto, Urupá, Nova União, Teixeirópolis e Mirante da Serra apresentam o menor distanciamento entre as duas medidas.

Também há municípios com forte predominância numérica de estabelecimentos familiares e participação modesta na área, como Parecis, Theobroma e Guajará-Mirim, o que sugere a presença de grandes estabelecimentos não familiares mesmo onde eles são pouco numerosos. Isso mostra que o número de estabelecimentos, isoladamente, não permite caracterizar a estrutura agrária local.

A leitura conjunta das quatro tabelas mostra que a predominância da agricultura familiar é um resultado consistente quando medida pelo número de estabelecimentos, mas depende da escala e da variável quando se considera a terra. A literatura evidencia a importância do segmento para a estrutura agrária, o abastecimento e a ocupação do território (Freitas; Freitas, 2021; Preiss *et al.*, 2024; Sá, 2026) e dialoga com os autores que registram a priorização histórica dos estabelecimentos não familiares na modernização conservadora e os menores investimentos públicos destinados à agricultura familiar (Pinto; Freitas, 2021; Preiss *et al.*, 2024).

Há convergência entre os autores quanto à relevância e ao dinamismo da agricultura familiar e quanto à desigualdade de acesso à terra, ao crédito e à tecnologia (Schneider; Cassol, 2014; Freitas; Freitas, 2021). As ênfases, porém, diferem: parte da literatura destaca o papel do segmento como pilar do abastecimento e do desenvolvimento rural (Freitas; Freitas, 2021; Sá, 2026; SEAGRI, 2023), enquanto outros trabalhos ressaltam as limitações históricas de investimento (Preiss *et al.*, 2024). Há ainda a ênfase na incorporação de tecnologias (Massruhá *et al.*, 2020), em contraste com a defesa de alternativas que conciliem produção, preservação ambiental e justiça social (Mazalla Neto; Bergamasco, 2017). As tabelas não permitem decidir entre essas leituras, pois a mesma permanência numérica pode indicar fortalecimento ou resistência em condições adversas.

Os instrumentos de política tratados no referencial (PRONAF, Lei nº 11.326/2006, PAA e PNAE) ajudam a compreender as condições de permanência do segmento, mas a literatura consultada os discute em escala nacional e não informa seu alcance em Rondônia, o que impede relacioná-los diretamente aos padrões municipais observados.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

No caso de Rondônia, a discussão exige também problematizar o processo de colonização. A colonização dirigida é avaliada por Souza, Ximenes e Locatelli (2018) como bem-sucedida quanto à integração territorial, à criação de municípios na BR-364 e ao dinamismo agropecuário, embora os autores ponderem que o modelo tenha enfrentado desafios em suas bases de sustentabilidade. Em perspectiva complementar, Estevão e Hurtado (2024) apontam que o fluxo migratório promoveu profundas transformações demográficas e socioeconômicas no estado.

Os dados do Censo são coerentes com essa leitura, pois indicam que a agricultura familiar é maioria numérica nos municípios rondonienses e ocupa área proporcionalmente superior à média nacional. Contudo, esses indicadores não esgotam a avaliação do processo: a reconfiguração da estrutura fundiária, as pressões sobre a floresta e os conflitos no campo permanecem centrais para essa análise, constituindo limitações do presente estudo e caminhos para investigações futuras.

A heterogeneidade observada entre os municípios indica que as estratégias de desenvolvimento rural devem considerar as particularidades locais, em vez de tratar o estado como um conjunto homogêneo. Estudos posteriores podem ampliar a análise com dados por classes de área, valor da produção, condição legal do produtor e séries históricas, que permitiriam avaliar a evolução da estrutura agrária desde a colonização.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão realizada permitiu compreender que a agricultura familiar constitui o resultado de uma trajetória histórica marcada por transformações nas formas de produção, nas relações econômicas e na organização do espaço rural. Ao longo desse processo, essa categoria não desapareceu diante da modernização agrícola; pelo contrário, passou por complexas reconfigurações e formas de adaptação, incorporando mudanças produtivas e tecnológicas sem deixar de preservar conhecimentos e práticas tradicionais.

Os achados indicam que essa permanência não pode ser analisada exclusivamente sob a perspectiva da produtividade. Sua relevância está intrinsecamente relacionada a fatores econômicos, sociais, territoriais e institucionais, o que justifica a necessidade de políticas públicas específicas que favoreçam sua inserção nos processos contemporâneos de desenvolvimento rural.

No caso de Rondônia, os dados indicam predominância numérica da agricultura familiar em todos os municípios, com participação na área menor do que no número de estabelecimentos

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

e grande variação municipal. Contudo, essa elevada participação não significa, por si só, maior fortalecimento econômico do segmento, pois número de estabelecimentos, crédito, renda, produtividade, assistência técnica e inserção em mercados são dimensões distintas.

Como limitação, destaca-se o caráter bibliográfico e documental da pesquisa, baseada na análise de dados secundários do Censo Agropecuário (2017). Por opção metodológica e delimitação do escopo, este estudo não incorporou as variáveis de renda, valor da produção e classes de área, concentrando-se na distribuição e representatividade do segmento. Adicionalmente, a pesquisa não contempla a percepção direta dos agricultores. Estudos posteriores podem aprofundar essa discussão por meio de investigações empíricas voltadas às experiências, estratégias e desafios cotidianos vivenciados pelos agricultores familiares nos diferentes contextos municipais rondonienses.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Yann Dieggo Souza Timótheo de *et al.* Cooperativismo na agricultura familiar: perspectivas durante e após a pandemia de COVID-19. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, São José dos Pinhais, v. 18, n. 1, p. 1-16, 2025. Disponível em: https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/14937. Acesso em: 23 set. 2025.

ARRUDA, Emanuelle Lemos de *et al.* O contexto histórico da agricultura no Brasil e o despertar dos movimentos agroecológicos visando sistemas agrícolas mais sustentáveis. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 13, e46111335026, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.33448/rsd-v11i13.35026. Acesso em: 29 set. 2025.

BARROS, Geraldo Sant'Ana de Camargo. **Agronegócio**: conceito e evolução. Piracicaba: CEPEA/ESALQ/USP, jan. 2022. Disponível em: https://cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/agro%20conceito%20e%20evolu%C3%A7%C3%A3o_jan22_.pdf. Acesso em: 18 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 6.746, de 10 de dezembro de 1979**. Altera o disposto nos arts. 49 e 50 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6746.htm. Acesso em: 11 out. 2026.

BRASIL. **Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003**. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.696.htm. Acesso em: 11 out. 2026.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 20 set. 2025.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm. Acesso em: 11 out. 2026.

BUAINAIN, Antônio Márcio. Ensaio Introdutório: A agricultura brasileira entre 1950 e 2025. In: **Dinâmica econômica e o mundo do trabalho no Brasil rural**. São Paulo: Editora Baraúna, 2025. p. 9-29. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/394529733_Dinamica_economica_e_o_mundo_do_trabalho_no_Brasil_Rural. Acesso em: 20 set. 2025.

CASTANHO, Roberto Barbosa; TEIXEIRA, Matheus Eduardo Souza. A evolução da agricultura no mundo. **Brazilian Geographical Journal**: Geosciences and Humanities research medium, Ituiutaba, v. 8, n. 1, p. 136-146, jan./jun. 2017. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/braziliangeojournal/article/view/50874. Acesso em: 27 set. 2025.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade rural**: uma abordagem decisória. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

DELGADO, Guilherme Costa. Questão agrária hoje. *In*: **Agricultura familiar brasileira**: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 12-23. Disponível em: https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/10/Agricultura_Familiar.pdf. Acesso em: 21 dez. 2025.

DIAMOND, Jared Mason. **Armas, germes e aço**: os destinos das sociedades humanas. 19. ed. Tradução: Silvia de Souza Costa, Cynthia Cortes e Paulo Soares. Rio de Janeiro: Record, 2017.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (Embrapa). **Trajetória da agricultura brasileira**. 2020. Disponível em: https://www.embrapa.br/visao/trajetoria-da-agricultura-brasileira. Acesso em: 11 out. 2026.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (Embrapa). **Produção de *Coffea canephora* do Vietnã foi estimada em 29 milhões de sacas, que correspondem a 37,6% do total da safra mundial de 2024–2025 dessa espécie de café**. Brasília, DF: Embrapa, 2025. Disponível em: https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/100809710/a---producao-de-coffea-canephora-do-vietna-foi-estimada-em-29-milhoes-de-sacas-que-correspondem-a-376-do-total-da-safra-mundial-de-2024-2025-dessa-especie-de-cafe. Acesso em: 21 dez. 2025.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE RONDÔNIA (EMATER). **Café de Rondônia é destaque nacional com aumento de produção, valorização do mercado e apoio do governo de Rondônia**. Governo de Rondônia, 2025. Disponível em: https://rondonia.ro.gov.br/cafe-de-rondonia-e-destaque-nacional-com-aumento-de-producao-valorizacao-do-mercado-e-apoio-do-governo-de-ro/. Acesso em: 21 dez. 2025.

ESTEVÃO, Misley Alzíria da Silva; HURTADO, Fernanda Bay. Dinâmica de migração e ocupação dos municípios de Pimenta Bueno e Cacoal: um estudo do censo demográfico entre 1980 e 2010. **Geoconexões**, Natal, v. 1, n. 18, p. 170–189, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.15628/geoconexes.2024.14692. Acesso em: 6 jun. 2025.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

FERRAZ, Carlos Alberto Leitão. **A modernização conservadora da agricultura nos Cerrados do Oeste da Bahia**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2023. https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2023.94678.

FIORINI, Vanessa. A questão agrária no Brasil: da invasão ao século XXI, uma história de espoliação. **Revista Resistência Litoral**, v. 1, n. 1, p. 10–28, jan./jun. 2022. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/resistencialitoral/article/view/82731. Acesso em: 29 set. 2025.

FREITAS, Alair Ferreira de; FREITAS, Alan Ferreira de. **Cooperativismo, agricultura familiar e o programa nacional de alimentação escolar**: reflexões para uma agenda municipal de desenvolvimento sustentável. Viçosa, MG: Editora Asa Pequena, 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

GUERRA, Avaetê de Lunetta e Rodrigues; MATOS, Diego de Vargas. Procedimentos metodológicos de classificação das pesquisas científicas. **Educere – Revista da Educação da UNIPAR**, Umuarama, v. 23, n. 1, p. 303-311, 2023. https://doi.org/10.25110/educere.v23i1-018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário completa 100 anos e retrata história do setor no país**. Agência de Notícias do IBGE, 2020. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28727-censo-agropecuario-completa-100-anos-e-retrata-historia-do-setor-no-pais. Acesso em: 11 set. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017**: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019a. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6778. Acesso em: 11 out. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017**: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019b. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6754. Acesso em: 11 out. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Levantamento Sistemático da Produção Agrícola**. Estatística da Produção Agrícola. Abril 2025. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Producao_Agricola/Levantamento_Sistematico_da_Producao_Agricola_[mensal]/Fasciculo_Indicadores_IBGE/2025/estProdAgri_202504.pdf. Acesso em: 21 dez. 2025.

LIMA, Antônia Francisca; SILVA, Edvânia Gomes de Assis; IWATA, Bruna de Freitas. Agriculturas e agricultura familiar no Brasil: uma revisão de literatura. **Revista Retratos de Assentamentos**, v. 22, n. 1, 2019. https://doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2019.v22i1.332.

LOCKS, Aline Maldonado. O Brasil plantou um futuro verde. In: EMBRAPA. **O futuro da agricultura brasileira**: 10 visões. Brasília, DF: Embrapa, 2023. p. 17-23. ISBN 978-65-89957-67-6. Disponível em: https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/1153216/1/FUTURO-AGRICULTURA-BRASILEIRA.pdf. Acesso em: 29 set. 2025.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

MASSRUHÁ, Silvia Maria Fonseca Silveira *et al.* **Agricultura digital**: pesquisa, desenvolvimento e inovação nas cadeias produtivas. Brasília, DF: Embrapa, 2020. 406 p. ISBN 978-65-86056-37-2. Disponível em: https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1126213/agricultura-digital-pesquisa-desenvolvimento-e-inovacao-nas-cadeias-produtivas. Acesso em: 26 set. 2025.

MAZALLA NETO, Wilon; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. A experiência agroecológica e o fortalecimento da racionalidade camponesa na relação com a natureza. *In*: **Agricultura familiar brasileira**: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 195-220. Disponível em: https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/10/Agricultura_Familiar.pdf. Acesso em: 6 set. 2025.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História da agricultura mundial**: do neolítico ao século XXI. São Paulo: UNESP, 2010.

MENGEL, Alex Alexandre; AQUINO, Silvia Lima de. A modernização da agricultura e a criação da Embrapa: transformações na pesquisa agropecuária brasileira. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 10, n. 21, p. 4–27, ago. 2015. https://doi.org/10.14393/RCT102130205.

MIRANDA, Rubens Augusto de. Breve História da Agropecuária Brasileira. *In*: **Dinâmica da produção agropecuária e da paisagem natural no Brasil nas últimas décadas**: cenário histórico, divisão política, características demográficas, socioeconômicas e ambientais. Brasília, DF: Embrapa, 2020. v. 1, cap. 2, p. 31-57. Disponível em: http://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/1122598. Acesso em: 28 set. 2025.

PASCHOAL, Adilson Dias. **História da agricultura**: cinco séculos de agricultura no Brasil. Piracicaba: FEALQ, 2024. E-book. Disponível em: https://fealq.org.br/wp-content/uploads/2024/09/Historia-da-Agricultura-Cinco-Seculos-de-Agricultura-no-Brasil-Digital-c.pdf. Acesso em: 17 set. 2025.

PINTO, Núbia Daisy Fonesi; FREITAS, Vladimir Passos de. Histórico e importância da agricultura familiar no Brasil: contexto legal e a aplicabilidade da internet das coisas. **Revista Jurídica Cesumar - Mestrado**, *[S. l.]*, v. 21, n. 3, p. 687–703, 2021. DOI: 10.17765/2176-9184.2021v21n3p687-703. Disponível em: https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/view/10037. Acesso em: 17 set. 2025.

PREISS, Potira Viegas *et al.* A intermediação positiva e a digitalização na construção de mercados territorializados da agricultura familiar: uma análise de experiências do sul e nordeste do Brasil. **REDES**: Revista do Desenvolvimento Regional, v. 29, n. 1, 2024. https://doi.org/10.17058/redes.v29i1.19395.

SÁ, Francisco Hélio de. Uma revisão teórica sobre a agricultura familiar. **Revista Tópicos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 37, p. 1-17, 2026. ISSN: 2965-6672. https://doi.org/10.70773/revistatopicos/789228531.

SANDERS, Thaís Oliva Fernandes; ANDRADE, Fábio Santos de; SILVA, Armelinda Borges da. A história do estado de Rondônia: desenvolvimento e resiliência dos povos indígenas. **Revista Eletrônica Trilhas da História**, v. 14, n. 28, p. 82–97, 2024.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

SANTOS, Luan Xavier *et al.* O uso da tecnologia na produção de alimentos da agricultura familiar: A evolução e o conhecimento popular. Seven Editora, p. 360–369, 4 jul. 2024. https://doi.org/10.56238/sevened2024.014-024.

SANTOS, Tiago Roberto Silva. Agricultura familiar e agronegócio em Rondônia, uma distinção necessária. **Geographia Opportuno Tempore**, Londrina, v. 7, n. 1, p. 135–148, 2021. Disponível em: https://www.ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/Geographia/article/view/44817/30769. Acesso em: 12 out. 2026.

SCHNEIDER, Sergio; CASSOL, Abel. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e implicações para políticas públicas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 227-263, maio/ago. 2014.

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA DE RONDÔNIA (SEAGRI). **Fortalecimento da agricultura familiar é o pilar do governo de Rondônia no Dia Internacional da Agricultura Familiar**. 25 jul. 2023. Disponível em: https://rondonia.ro.gov.br/fortalecimento-da-agricultura-familiar-e-o-pilar-do-governo-de-rondonia-no-dia-internacional-da-agricultura-familiar/. Acesso em: 12 set. 2025.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL (SENAR). **Cartilha de orientação**: previdência social e SENAR nas operações do PAA e PNAE. Brasília, 2021. Disponível em: https://www.cnabrasil.org.br/assets/arquivos/Cartilha-Previdencia-A5-SENAR-2021-2.pdf. Acesso em: 20 set. 2025.

SOUZA, Juander Antônio de Oliveira; XIMENES, Claudia Cleomar; LOCATELLI, Marilia. **Rondônia, a colonização que deu certo**. Porto Velho: Embrapa, 2018. Disponível em: http://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/1104194. Acesso em: 22 out. 2025.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.